As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política

Fabiano Rosa de Magalhães*

Resumo

O objetivo desse artigo é apresentar uma discussão sobre as manifestações em espaços públicos, trazendo à tona alguns teóricos do campo da sociologia das manifestações e suas importantes contribuições para o entendimento desta perspectiva. Em algum aspecto consideramos também a relevância das manifestações no terreno da teoria democrática, situação em que consideramos oportuno levantar o debate acerca do lugar das manifestações no âmbito da democracia.

Palavras-chave: Sociologia das manifestações; Protestos de rua; Espaço público

The collective manifestations in public space: the street as a place of political expression

Abstract

The aim of this paper is to present a discussion of the manifestations that happen in public spaces, bringing out some of the theoretical field of sociology of the manifestations and their important contributions to the understanding of this perspective. At some point we also consider the relevance of the manifestations in the field of democratic theory, in which we consider appropriate to raise the debate about the place of manifestations under democracy.

Keywords: Sociology of manifestations; Manifestations; Public spaces; Street protests

* Mestre em Ciências Sociais pela PUC-MG. A abordagem apresentada nesse artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada "Estratégias de rua: manifestações político-sindicais do Sindicato dos Bancários na Praça Sete de Belo Horizonte", orientada por Cristina Almeida Cunha Filgueiras.

Introdução

O propósito deste artigo é abordar a literatura acerca de um campo das Ciências Sociais, denominado “Sociologia das Manifestações”. Trata-se de um campo analítico pouco conhecido no Brasil, a despeito da amplitude de pesquisas que o enfoque possa permitir.

De tempos em tempos, os movimentos sociais urbanos e rurais, geralmente de uma forma mais amiúde nas grandes cidades, ocupam as praças e avenidas centrais e realizam protestos. São ações políticas que, apropriando-se da plenitude da palavra público, buscam a dimensão da cidade, acreditando que suas ideias não podem ficar guardadas ou reservadas para os espaços privados da vida social. As manifestações fazem parte da modernidade. Diversos momentos significativos da história foram contados e cantados a plenos pulmões nas praças das cidades. Ontem e hoje, e porque não dizer amanhã, as ruas tornaram-se espaços significativos para a realização de atos públicos. O fenômeno da globalização não esgotou esse repertório, não obstante alguns autores tenham apontado a possibilidade de um esvaziamento do espaço público, em tempos de pós-modernidade.

De pronto, uma questão se apresenta. Embora as manifestações façam parte do repertório de ações dos movimentos sociais, de diversos matizes, porque o tema não é particularmente tratado nas Ciências Sociais brasileiras? De fato não encontramos muitas produções brasileiras que tratem mais precisamente das manifestações em praça pública. Destarte, as manifestações só aparecem como problema pertinente para as Ciências Sociais naquelas oportunidades em que a efervescência política chega a atingir as estruturas do poder vigente. Só que elas não deixaram de ocorrer nos grandes centros urbanos, e em algumas cidades até de forma cotidiana. Isso já seria o suficiente para merecer um olhar mais acurado da Sociologia brasileira.

Isso é um problema particular de nossa produção sociológica. Veremos que existe na França uma farta literatura acerca dessa temática. Ali, dada a importância que esse assunto assumiu, os pesquisadores passaram a definir um campo de pesquisas denominado Sociologia das Manifestações.

Nossa proposta é, portanto, realizar um levantamento sumário acerca dessa produção acadêmica. É o nosso ponto de partida. Após a exposição acerca do campo de análise, propomos discutir a relação entre manifestações políticas, a democracia e o uso do espaço público.

Definições acerca das manifestações

As manifestações públicas são ações coletivas associadas aos movimentos sociais, desde período anterior à formação das primeiras organizações proto-sindicais, no início da Revolução Industrial. São ações tipicamente urbanas, ocorrendo preferencialmente em espaços públicos, algumas delas atingindo o coração da cidade, e, não raro, convergindo para alguma praça central, escolhida pelo movimento como um espaço propício para as manifestações, por diversas razões.

Tomando como objeto de análise a constituição do modelo de cidade capitalista, alguns autores (MUNFORD, 1965; ENGELS, 1986; LEFEBVRE, 2001) passaram a observar que esta cidade apresenta peculiaridades face às cidades de outros modos de produção. Este é precisamente o cenário que diversos atores sociais vão tomar como o palco de realização de manifestações de múltiplas características. Então, pode-se dizer que a cidade passou a ser tomada por manifestantes, desde a proto-história do capitalismo, com as manifestações contra a taxaço do trigo, que levavam ao aumento do preço do pão¹. Depois a cidade passou a ser palco para as organizações do movimento operário, que se configuraram como força política a partir do século XIX. Depois, já na segunda metade do século XX, são os denominados novos movimentos sociais que passam a ocupar as ruas, através dos movimentos negros e feministas, e, mais recentemente, dos homossexuais.

No Brasil, os novos movimentos sociais entraram em cena no final da década de 1970 extrapolando suas demandas para além daquelas relacionadas ao mundo do trabalho. Esses movimentos, em grande medida, buscaram as ruas como forma de evidenciar suas questões político-sociais.

Este esboço, feito assim de um modo bastante sintético, serve-nos como medida para dizer que as manifestações integram a história da organização capitalista da cidade.

O que é manifestar

Conforme salientamos anteriormente, não foi possível encontrar uma definição apropriada sobre manifestação na literatura brasileira, algo que nos desse a conceituação mais precisa. Foi necessário partir de alguns autores franceses para termos em conta a existência de uma abordagem específica daquilo que passou a se constituir como a

¹ Thompson (1998) situa bem o momento em que os setores empobrecidos da população se levantaram contra as medidas que interferiam nas suas condições de vida

Sociologia das Manifestações, ou ainda, nos termos de Fillieule (1993), uma “Sociologie de la Protestation”. Foi a partir daí que tomamos contato com um elevado número de estudos sociológicos sobre manifestações de rua, enfocando sua pluralidade, trajetórias, simbologia, dentre outros aspectos².

A primeira definição mais precisa que encontramos sobre manifestação encontra-se nos autores Fillieule e Pechu (1993), os quais apresentam a seguinte consideração:

Nós entendemos por manifestação ‘toda ocupação momentânea por diversas pessoas de um lugar aberto, público ou privado com o objetivo de expor as reivindicações, de expressar uma solidariedade, ou de celebrar uma comemoração, e que contenha diretamente ou indiretamente a expressão de opiniões políticas’ (FILLIEULE apud FILLIEULE; PECHU, 1993, p.12, tradução nossa).

Em consequência, constata-se que o termo comporta uma diversidade de acepções. Precisamente na linha das explicações de “como” agem os movimentos sociais manifestantes, os autores mencionados dão conta de que estes movimentos, diferentemente dos movimentos partidários ou ainda dos movimentos vinculados às questões do mundo do trabalho, rejeitam os sistemas dominantes de representação, que seriam os partidos e os governos. A propósito, preferem outras formas de manifestação política.

Assim, a ação direta, de rua, torna-se o modo privilegiado de expressão e de reivindicação, pois o alvo é menos um Estado com o qual se recusa a colaborar, e mais uma opinião a persuadir (FILLIEULE; PECHU, 1993, p.135, tradução nossa).

Ressalva-se que os autores retratam o caso europeu, cuja tradição de manifestações remonta ao século XIX. Contudo, pensando no caso brasileiro, não seria adequado afirmar que estes movimentos rejeitam o Estado como se optassem por uma negação da via institucional. Conforme a literatura indica, alguns segmentos sociais sequer chegaram a se representar no plano institucional.

² Morán (2005, p.100) destaca que a Sociologia Francesa estudando o fenômeno da manifestação mais a fundo, faz distinção entre manifestação e manifestação de rua, de modo que aqueles autores utilizam o termo “manifestation dans la rue” para indicar mais precisamente as manifestações de rua.

Quanto à relação destes novos movimentos sociais com a mídia, seguindo as pistas dos autores, percebe-se que ela acaba se tornando um dos elementos que estão associados a uma manifestação, juntamente com a polícia³ e a população. Fillieule e Pechu, citando as contribuições de Dalton e Kuechler, consideram que os movimentos sociais

concedem uma grande importância às mídias como meio de mobilizar a opinião. A mídia permite aos movimentos sociais expandir seu campo de influência a todo o público, e as ações não convencionais dos movimentos são frequentemente conduzidas em razão de seu impacto midiático (DALTON; KUECHLER apud FILLIEULE; PECHU, 1993, p.135, tradução nossa).

Esse leque de relações associadas às manifestações indica a necessidade de expressar uma opinião. Contudo, dadas as condições históricas dos movimentos sociais brasileiros, posto que o seu reconhecimento seja fato tardio, há que se considerar que também se busca uma interlocução com o Estado e os partidos políticos. A propósito, não é outro o entendimento de Sader (1988), ao indicar que um dos traços dos novos movimentos sociais é a extrema desconfiança em relação aos sistemas representativos e instituições políticas; mas, a despeito desta desconfiança, para se afirmarem enquanto sujeito coletivo, acabam entrando na política. Isto não quer dizer necessariamente uma adesão institucional, mas sim uma luta pelo reconhecimento, inclusive por parte do Estado.

Direita e esquerda: motivos distintos para ir às ruas

Ao considerarmos as manifestações dirigidas pelos movimentos sociais, devemos, antes de mais nada, fazer um alerta: não são somente os segmentos associados à esquerda que ocupam as ruas para fazerem protestos. No meio jornalístico estas associações são abundantes e, não raro, os movimentos sociais são tachados de arruaceiros, baderneiros e outras designações carregadas de sentido ideológico. Evidencia-se a ideia de que as manifestações de rua são sempre associadas à esquerda política.

Necessário dizer que não somente os movimentos sociais de esquerda se manifestam nos espaços públicos. Muito embora em escala menor, os setores conservadores também ocupam os espaços públicos para fazer manifestações. A título de exemplo, citemos a “Marcha das Mulheres com Deus e

³ Fillieule (1993) indica que a polícia é o único elemento presente em todas as manifestações.

pela Liberdade”, encabeçada pelos movimentos conservadores que deram sustentação ao Regime Militar de 1964 (STARLING, 1986). Por diversas vezes, esse segmento ocupou as ruas de algumas capitais brasileiras. No caso francês, alguns grupos conservadores, conduzidos pelo político de extrema direita, Jean Marie Le Pen, saem às ruas no 1º de Maio⁴, ou seja, no mesmo dia em que as centrais sindicais francesas saem para as manifestações relacionadas ao Dia dos Trabalhadores (MOURIAUX, 1990). O objetivo visado por parte dos conservadores franceses não é o de reforçar a simbologia já consagrada do 1º de Maio⁵, mas sim de disputar com aquela e tentar criar uma nova simbologia, reforçando princípios de hierarquia e outros valores defendidos pelo segmento conservador.

No Brasil, por ocasião do 1º de Maio, observam-se disputas também em torno do significado desta data. Em momentos mais combativos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) apresentava uma manifestação alinhada a uma orientação política de esquerda, com discursos politizados, saindo da esfera puramente sindical. Por outro lado, a Força Sindical e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) faziam manifestações menos politizadas e tendendo às ações assistenciais, com distribuição de prêmios. Era um momento de queda de braço entre as centrais, no sentido de ver quem conduzia mais pessoas às manifestações.

É preciso mencionar ainda que o poder público também coordena suas manifestações, representadas pelas festas oficiais e paradas militares. As festas são carregadas de simbologias do poder.

Bakhtin (1987) fala sobre a natureza dessas festas oficiais. Na Idade Média e no Renascimento, tais festas ocorriam em lugares fechados, não na rua. Elas buscavam consagrar o poder e olhar para o passado.

Na prática, a festa oficial olhava apenas para trás, para o passado de que se servia para consagrar a ordem social presente. A festa oficial, às vezes, mesmo contra as suas intenções, tendia a consagrar a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo: hierarquias, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais correntes (BAKHTIN, 1987, p.8).

Também eram festas que serviam para distinguir as pessoas, marcar suas posições hierárquicas e reforçar os valores que regiam o mundo oficial.

⁴ O 1º de Maio foi reapropriado pelos “lepenistas” como dia de Joana D’Arc (MOURIAUX, 1990).

⁵ Sobre a simbologia construída em torno do Dia dos Trabalhadores, ver: Perrot (1992; 1996).

Nas festas oficiais, com efeito, as distinções hierárquicas destacavam-se intencionalmente, cada personagem apresentava-se com as insígnias dos seus títulos, graus e funções e ocupava o lugar reservado para seu nível (BAKHTIN, 1987, p.9).

Enfim, uma festa da seriedade e não do riso, já que o poder (o mundo oficial) é necessariamente sisudo e não permite o espaço para rir.

Na cultura clássica, o sério é oficial, autoritário, associa-se à violência, às interdições, às restrições. Há sempre nessa seriedade um elemento de medo e de intimidação. Ele dominava claramente na Idade Média. Pelo contrário, o riso supõe que o medo foi dominado. O riso não impõe nenhuma interdição. Jamais o poder, a violência, a autoridade empregaram a linguagem do riso (BAKHTIN, 1987, p.78 grifo do autor).

Tratam-se de considerações que são atuais e nos auxiliam a situar as manifestações encabeçadas pelo poder público, sobretudo porque a festa oficial, a despeito de passar a ocorrer também na rua, a partir da Modernidade, ainda guarda as características que inspiravam sua realização na Idade Média e no Renascimento.

As paradas militares são um exemplo claro de ocupação do espaço público (ruas e praças) para demonstrar a força e a seriedade do poder, cujo objetivo mais direto seria a demonstração do poderio militar, bem como o reforço de uma ordem social hierárquica. Com respeito às paradas militares, Da Matta (1990) considera que representam a tomada da rua do povo, representação brutal e autoritária do Estado. Reforçam a ideia de que o lugar do povo não é como ator que ocupa a praça pública, mas como simples espectador.

Nesse aspecto, Tartakowsky (2004), realizando estudo acerca das manifestações oficiais conduzidas pelo General De Gaulle, observa que nesse tipo de demonstração, o poder público mobiliza uma multidão impressionante para legitimar determinadas ações políticas⁶. E isto se faz nas ruas.

⁶ Não é o caso de aprofundarmos este enfoque aqui. Contudo, vale como menção, tendo em vista a possibilidade de estudo dentro da linha que apresentamos no escopo desse artigo, as históricas manifestações de rua promovidas pelos governos populistas de Getúlio Vargas e João Goulart.

O tema nas Ciências Sociais

Fillieule e Pechu (1993) realizam um apanhado de estudos em Ciências Sociais que orientam suas análises sobre as ações coletivas, as quais muitas vezes conduzem a ocupações do espaço público. Sublinha-se o fato de que as manifestações coletivas nem sempre foram objeto de interesse para os cientistas sociais, muito embora o incômodo perante tais acontecimentos fosse, desde o período mais remoto da sociedade industrial, um motivo para a organização de teorias sobre o comportamento coletivo. Estas inquietações teóricas se situavam muito mais como uma reação, ou seja, como espanto das elites face à emergência das denominadas “classes perigosas”.

Os autores fazem um levantamento das diversas abordagens sobre as manifestações coletivas no espaço público. A primeira delas situava-se no terreno das Ciências Sociais e da Psicologia, buscando entender o comportamento coletivo, investigando-o mais como um desvio do que necessariamente uma ação legítima dos diversos grupos que atuam na sociedade. As teorias do comportamento coletivo passaram longe dos problemas e dos dilemas estratégicos que eram colocados pelos movimentos sociais, preocupando-se em explicar as ações a partir das teorias do contágio, cujos precursores foram Taine, Gabriel Tarde e Gustave Le Bon.

Posteriormente, a teoria do comportamento coletivo ou do contágio teve continuidade nas obras de Freud (1996) e Blumer (1962). No entendimento destes autores, os indivíduos imersos na multidão manifestante ficam submetidos à coletividade, são contagiados pela massa, cujas características seriam a tendência à irracionalidade e à violência, estados mais primitivos da vida social. Por esta via de interpretação, os movimentos sociais surgiriam sob a forma de uma erupção colérica, irracional e instantânea, tomando-se mais as condições subjetivas (o estado de espírito) do que as condições objetivas de uma dada sociedade, que levariam ao surgimento de demandas específicas de determinados grupos da mesma.

Ao longo do século XX, outros estudos foram gradativamente incorporando tais ações no bojo das preocupações teóricas das Ciências Sociais. Autores menos preocupados em explicar os comportamentos coletivos a partir da teoria do contágio buscaram enxergar a dimensão efetivamente política dos movimentos sociais. Tratava-se da emergência de novos modelos de explicação, na linha que os autores denominaram “Sociologia das Mobilizações”. Consequentemente, essas explicações deslocaram a análise do “porque” das mobilizações para o

“como” da ação coletiva. Confere-se, assim, legitimidade à ação dos movimentos sociais. Desta forma,

o tema comum que une as diferentes correntes do novo modelo é o tratamento da atividade dos movimentos sociais como ideologicamente legítima e resultante de comportamentos voluntários e intencionais (FILLIEULE; PECHU, 1993, p.79, tradução nossa).

As manifestações somente passaram a ser devidamente abordadas – num sentido positivo, ou seja, como ação política legítima – a partir da década de 1960, quando o repertório das mobilizações se ampliou para além das questões particulares do movimento operário. Nesse momento, as ruas se tornaram um lugar para as ações que diziam respeito ao movimento estudantil, às questões de gênero (participação da mulher na sociedade, direitos dos homossexuais), raça (movimento negro), ecologia, dentre outros.

Não poderíamos deixar de destacar também um elemento intrínseco às mobilizações coletivas, os atores sociais. Em Ciências Sociais, numa vertente weberiana, esse termo se remeteria à motivação que os indivíduos apresentam para determinadas ações coletivas. Não é nosso propósito aprofundarmos esse enfoque. No entanto, é apropriado considerarmos que essas definições conceituais que desembocam nas linhas teóricas da ação coletiva não derivam da mesma matriz que orienta a abordagem da Sociologia das Manifestações. Desta forma, a título de introdução ao assunto, torna-se necessário dizer que nem toda ação coletiva desemboca em manifestação. Talvez seja mais próprio dizer que a manifestação seria uma das possibilidades da ação coletiva. De toda maneira, consideramos apropriados alguns pontos referentes ao debate sobre a ação coletiva, conforme levantamento de Fillieule e Pechu, já que podem nos esclarecer sobre elementos associados às manifestações.

Fillieule e Pechu (1993) buscam definir a ação coletiva, pensando-se a análise dos conflitos, situando as diversas perspectivas teóricas sobre o tema. Dentre as formulações, ressalta-se a importância da abordagem identitária, a qual busca resgatar aspectos ideológicos e políticos, desconsiderados por uma abordagem mais economicista. Dentre os autores desta abordagem estariam Touraine, na França; Melucci e Pizzorno, na Itália e Habermas na Alemanha.

A corrente teórica da Escolha Racional, por sua vez, vê a mobilização pela linha dos interesses individuais, partindo da racionalidade

do ator para atingir determinados fins. Um dos representantes desta corrente teórica é Olson (1999). Com relação a essa abordagem, o que convém sublinhar mais precisamente é a consideração de que os indivíduos só decidem seguir determinados movimentos sociais se houver expectativas de satisfação de seus interesses individuais. Portanto, levariam em consideração os riscos e os benefícios de se mobilizarem, e ainda mais, retomando as questões do ponto de vista da ação de rua, de examinar os possíveis custos, os riscos de serem presos, de sofrerem repressão, e a possibilidade de êxito em suas ações.

Ora, a disposição para a manifestação, não se explica simplesmente pelos ganhos ou custos econômicos que se possa garantir a partir da mesma. Outros enfoques dão conta de diversos recortes que precisam ser considerados, sendo que a própria manifestação indica possibilidade de socialização e conflitos, solidariedades e enfrentamentos, cujos significados extrapolam o viés puramente econômico, dos interesses individuais.

É democrático ocupar as ruas?

É no terreno da Ciência Política que iremos localizar algumas formulações que merecem maior atenção, já que dizem respeito ao debate sobre a pertinência ou não das manifestações dentro de uma sociedade democrática. Nessa linha, duas posturas se apresentam para o debate: a primeira parte do viés da teoria da democracia representativa, preocupada em descrever as condições para o funcionamento da democracia moderna (reflexão orientada em dizer como “a vida é”), o que também denomina-se, conforme Lessa (2002), de Teoria Democrática Descritiva. Essa corrente tem como expoente, em primeiro momento, Joseph Schumpeter, sendo também representada por Dahl (1993) e Sartori (1994). A segunda postura teórica seria a da Filosofia Política, que, não se prendendo às condições dadas para o funcionamento da democracia moderna, apontam perspectivas no sentido normativo, ou seja, de dizer como a vida deveria ser.

Tomando-se a produção dos autores da Teoria Democrática Descritiva, com mais destaque para as obras de Dahl e Sartori, constata-se que as formas de protesto público são tomadas como ações que não se enquadram dentre os requisitos que conduzem ao sucesso das democracias modernas. Se a democracia dos antigos comportava o princípio da participação, o sucesso das democracias modernas, ou democracias de grande escala, decorre, contraditoriamente, não da existência de movimentos de massa protestando nas ruas, mas sim da

não-participação dos cidadãos, ou seja, da apatia política. Conforme evidência Dahl (1993), o arranjo político para as democracias de grande escala implica precisamente numa série de instituições políticas que mediam as demandas dos eleitores para com seus governos. A este conjunto de instituições Dahl denomina poliarquia. Ora, o desenvolvimento da poliarquia depende da observação de uma série de condições⁷, sem as quais a mesma poderia declinar-se e ceder lugar a regimes autoritários (DAHL, 1993). Diante de tais condições é que ele vê com ressalvas as manifestações, uma vez que estas não respeitam as regras elementares de representação de interesses que são os partidos e outros canais institucionais. Logo, o maior risco para a democracia moderna decorre do excesso de participação, já que este poderia implodir ou congestionar os canais institucionais de representação dos interesses. Quanto aos movimentos de massa e os protestos públicos gerados a partir desses movimentos, os autores daquela corrente temem que possam desencadear possíveis ações extremistas.

Com respeito a essa discussão, Sartori (1994) critica as formas de protesto público, por não se enquadrarem dentro dos princípios básicos de uma representação. Dentro de uma democracia representativa, as demandas ou os interesses devem ser encampados por este ou aquele segmento. Neste sentido, as manifestações não seriam mecanismos legítimos, já que seriam organizadas pela parte ínfima do povo, ou mais precisamente aqueles que não conseguiram representatividade nas instâncias legítimas de representação, e, por isso, não representam interesses substanciais da sociedade.

Também Dahl (1997), ao considerar o sistema de contestação pública, não vê que este possa contribuir necessariamente para alicerçar a democracia. Em outras palavras, a relação entre contestação pública e democratização não é proporcional. Preocupado com a estabilidade do regime poliárquico, ele vê com reservas as manifestações que fogem ao domínio do sistema competitivo. O risco é que o sistema político seja ameaçado e a forma de poder autoritário assuma o seu lugar⁸.

Ainda dentro de uma compreensão teórica que vê a manifestação com reservas, não poderíamos deixar de mencionar a interpretação que aponta as manifestações como sintomas de crises das instituições

⁷ Conforme Dahl (1993, p.267), as instituições da poliarquia são: funcionários eleitos; eleições livres e imparciais; sufrágio inclusivo; direito de ocupar cargos públicos; liberdade de expressão; variedade de fontes de informação; autonomia associativa.

⁸ Face ao temor do "elitismo democrático" perante aos movimentos de massa, Chauí (1988), citando Moses Finley, indica que os golpes mais duros contra a estabilidade democrática não vieram dos movimentos populares, mas sim das oligarquias e poderosas elites políticas.

políticas. É uma argumentação muito próxima da abordagem durkheimiana de *anomia*, sobretudo porque vê as manifestações como resposta ao esgarçamento do tecido social, incapaz de integrar parte da sociedade. Num sentido negativo, portanto, tomam as manifestações como uma forma pré-democrática de ação, problema moral inclusive, ou da falta de valores democráticos, que não foram devidamente assimilados por determinados grupos. Nessa acepção, as manifestações de massa são colocadas como ameaça aos preceitos de uma sociedade republicana⁹.

De outro lado, mais precisamente no terreno da Filosofia Política, estariam os autores preocupados em apontar o caráter profundamente aberto da democracia para a incorporação ininterrupta de novos direitos. Nesta acepção, a democracia é identificada muito mais como ordem de valores, apresentando como única condição permanente o fato de subverter o estabelecido. Nessa acepção, trabalha-se a política como um campo indeterminado, sempre aberto a novas incorporações. Lefort (1987) e Arendt (1993) poderiam ser colocados como autores que se aproximam dessa concepção teórica.

Lefort (1987) indica que a democracia seria um terreno que não se fecha. Nessa direção é que o autor indica a essência inovadora da própria noção, que ultrapassa as definições herdadas das teorias liberais ou do chamado elitismo democrático, que tem Schumpeter, Dahl e Sartori como alguns dos seus representantes.

Em Arendt é possível apontar também elementos que permitem questionar os fundamentos da Ciência Política, sobretudo quando a autora relaciona o agir político com a imprevisibilidade, fato que explicitamos com suas próprias palavras:

O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. [...] Os homens, embora devam morrer, não nascem para morrer, mas para começar (ARENDR, 1993, p.191).

Nessa acepção, é possível também apostar na possibilidade do novo surgir, a partir dos movimentos sociais, que encontram dificuldade em pisar nos terrenos da política institucionalizada. Em conse-

⁹ Nessa linha de abordagem, Peralva (2006) faz uma análise dos levantes populares ocorridos na França em 2005, apontando-os como resposta à frágil assimilação dos imigrantes ao contexto nacional. Esta não-integração seria responsável pela eclosão de violência social nas manifestações. Assim sendo, a crise da democracia é associada à crise das periferias urbanas.

quência, sendo a política um terreno que não comporta simplesmente o previsível ou a “vida como ela é”, conforme a ênfase dada pelos autores da democracia representativa, então se abre a perspectiva para construir “a vida como ela deveria ser”, ou seja, a possibilidade de construir novas trajetórias. A partir deste entendimento é que iremos encontrar fortes objeções aos teóricos da teoria da democracia representativa.

No Brasil, os trabalhos de Sader (1988) e Chauí (1988) retomam elementos dessa reflexão na linha da Filosofia Política. Na França, Favre (1990) é quem faz apontamentos nessa direção. Esta linha é o que torna possível, sobretudo, uma análise positiva dos movimentos sociais e mais particularmente das ações dos movimentos de protesto ou movimentos de massa no campo das Ciências Sociais. Passaremos, a seguir, a levantar elementos dessa produção.

Manifestação na perspectiva de Pierre Favre

Outra obra que consideramos para definir manifestação é a de Favre (1990). O livro “La Manifestation”, organizado por ele, traz contribuições de diversos autores, os quais nos auxiliarão em diversas oportunidades dessa análise. Para o desenvolvimento deste tópico nos embasaremos, sobretudo, no texto introdutório do livro, que nos oferece relevantes definições.

De acordo com Favre, na França se manifesta há cerca de 150 anos. Trata-se de um fenômeno que ocorre diversas vezes ao dia, ainda hoje, dando conta de que é atual, a despeito das mudanças sociais e econômicas que vêm ocorrendo nas últimas duas décadas. No seu processo histórico, as manifestações ocorriam, a princípio, misturadas aos motins, sobretudo antes de 1848, quando conflitos violentos chegaram a abalar profundamente a estrutura do poder naquele país. A partir de 1848, as manifestações vão se transformando e tornam-se um meio de ação específico, distinto de motim. Assim, o autor passa a definir mais precisamente o que seria a manifestação, trazendo elementos para que possamos diferenciar as ações coletivas que ocorrem nas ruas. Oportunamente, cabe fazermos referência às definições antes de prosseguirmos:

Dir-se-á que uma manifestação é um deslocamento coletivo organizado sobre a via pública com fins de produzir um efeito político pela expressão pacífica de uma opinião ou de uma reivindicação. Assim caracterizado, a manifestação se distingue do ajuntamento, que é estático (a manifestação implica um desfile

de um ponto a outro), da procissão que tem fins religiosos, do tumulto no sentido corrente que não é, ele, organizado, do motim que se utiliza do espaço público urbano como de um campo de batalha e não como simples lugar de passagem da passeata manifestante (FAVRE, 1990, p.15, tradução nossa).

A esse respeito, o autor insere a primeira diferenciação apropriada para o nosso trabalho. Trata-se de salientar a diferença entre manifestação e a rebelião urbana, esta que muitas vezes eclodiu e resultava nas escaramuças, levantamento de barricadas e quebraadeiras. A manifestação pode transformar-se em motim, mas não necessariamente. Nesse aspecto, vale fazer também uma diferenciação quanto a outras formas de ação no espaço urbano. Uma parada militar não pode ser confundida com manifestação; uma greve também não. Uma greve, no entanto, pode tornar-se uma manifestação, desde que os grevistas concebam a importância de dar publicidade às suas demandas.

A partir destas diferenciações, segue o autor o seu intuito de explicitar aspectos associados às manifestações. Primeiramente, o autor busca discutir os alvos da manifestação, ou seja, para quem a manifestação se dirige. Um dos alvos seria o Estado. O Estado acaba por ser um interlocutor, mesmo que indiretamente, já que, ao se projetar uma manifestação, os manifestantes expõem-se ao conflito com o poder público, que pode interditar o acesso ao espaço público, dependendo da abertura ou não do regime político. Sob tal ponto de vista, uma manifestação comporta sempre uma possibilidade de desfecho imprevisível, seja pelo malogro das expectativas dos manifestantes, seja pela possibilidade de um confronto violento. A violência física está colocada como probabilidade no horizonte da manifestação. Todavia, esta probabilidade não deve ser atribuída a um pretense descontrole e comportamento destrutivo inerente às ações de massa, conforme os autores da teoria do comportamento coletivo apontam. Para Favre, esta imprevisibilidade apresenta-se mais pelo fato de que há muitos atores presentes numa manifestação, inclusive provocadores, ou agentes da polícia infiltrados, cujos objetivos podem ser distintos daqueles orientados pelo movimento.

Ainda como alvo das manifestações está o público que assiste. É para este público que a manifestação existe (o público pode ser também o espectador das mídias). As manifestações dirigem-se a eles. E, nessa orientação, a mídia também é um importante ator, que, pela possibilidade de divulgar as ações dos movimentos sociais, seria também um dos alvos preferenciais da manifestação. Uma das necessidades da manifestação seria obter divulgação favorável na mídia.

O público assistente pode, em situações ocasionais, envolver-se diretamente nos conflitos, seja quando se sentir prejudicado de alguma maneira pela manifestação, seja quando os manifestantes forçam a entrada do público na manifestação, levando-o a reboque, ou, ainda, quando uma situação imprevista apresenta-se no curso dos acontecimentos, como por exemplo uma repressão policial voltada contra todos, inclusive contra o público assistente.

E os lugares das manifestações? Eis outra questão tratada pelo autor como um dos aspectos importantes para se analisar as manifestações. Estas referências quanto aos lugares (espaço público) foram tratadas no referido livro a partir das considerações de Offerlé (1990). Esta é uma questão que nos importa mais de perto, sobretudo porque o autor confere um destaque à utilização da rua como espaço de manifestação. Ressaltamos, portanto, o que o autor considera com respeito aos usos da rua e a relação com a manifestação. Assim, uma rua apropriada exclusivamente como lugar para a circulação dos automóveis fornece dificuldades para que seja apropriada pelos manifestantes (OFFERLÉ, 1990).

Este autor traz também uma relevante contribuição acerca das escolhas dos lugares para manifestar que cada movimento faz. Para ele, cada manifestação francesa, seja por questões organizacionais, seja pelas questões associadas ao aspecto simbólico, conhece a sua praça. Em outras palavras, cada praça comporta determinado tipo de manifestação.

Até agora citamos trabalhos que trazem uma variedade de considerações sobre as manifestações francesas. Não obstante, pensamos que essa associação poderia ser parâmetro para considerarmos as manifestações brasileiras. Foi precisamente com esse intuito que buscamos, em nosso estudo, considerar algumas praças e ruas de Belo Horizonte, levando-se em conta o aspecto simbólico implícito na escolha dos lugares por cada segmento sócio-político.

A Praça Tiradentes foi palco para as manifestações dos grupos conservadores, como a “Marcha das Mulheres com Deus e pela Liberdade”. Essa manifestação iniciou-se a partir da Igreja São José e seguiu até a Praça Tiradentes, portanto, saindo do Centro e orientando-se para fora - ao menos simbolicamente. Lugar de circulação, a praça propriamente dita é um espaço perigoso de se chegar, por causa do intenso fluxo de veículos. É uma Praça marcada pelo vazio e pelo interdito, conforme sugere Carlos (1996). Um espaço em que a monumentalidade reforça o lugar do poder, constituindo-se, por isso, um lugar para se ver, mas não para se ficar. Também merece menção a

simbologia do mártir Tiradentes, herói nacional de aceitação por parte dos setores conservadores e nacionalistas. A escolha da Praça Tiradentes pela Marcha das Mulheres não foi uma escolha aleatória. Não deixa de ser significativo, portanto, o fato de o movimento conservador de 1964 ter saído de um lugar tido como central para o lugar do vazio, inóspito e até impróprio para a realização de manifestação.

Outra situação emblemática é o fato da CUT ter realizado, até recentemente, o seu 1º de Maio na Praça da CEMIG, em Contagem, cidade marcada pelas históricas greves de 1968, em plena Ditadura Militar. Também é relevante o fato de os movimentos sociais realizarem o “Grito dos Excluídos” no Sete de Setembro, no mesmo momento em que se realizam as Paradas Militares. Esta manifestação vem ocorrendo nos últimos anos na Praça da Liberdade ou na Praça Sete, em Belo Horizonte, enquanto as paradas militares, tradicionalmente, ocorrem na Avenida Afonso Pena.

Essa coexistência de duas ações de rua, em espaços diferenciados, merece ser abordada sob o ponto de vista das representações que são levadas às ruas pelos distintos grupos. Em consequência, tomando-se o Sete de Setembro, dia da Independência, colocam-se no espaço urbano duas concepções distintas; uma que reforça as insígnias do poder e a concepção disciplinar sobre a própria organização societal, representada pelas paradas militares, e outra, representada pelo “Grito dos Excluídos”, buscando questionar as estruturas de poder e dominação, inclusive tomando-se como referência o próprio símbolo do Sete de Setembro, que expressaria a Independência do Brasil. Denunciando geralmente uma questão que é o mote de um determinado ano¹⁰, os manifestantes do “Grito dos Excluídos” questionam também essa “independência” e toda simbologia nacionalista conservadora agregada às paradas militares. A manifestação é seguida em multidão não ordenada, diferentemente das Paradas Militares, que reforçam elementos de hierarquia, com autoridades no palanque e desfiles ordenados.

Ainda quanto aos aspectos simbólicos conduzidos por cada manifestação, ressalta-se que, no caso francês, os partidários do ultra-conservador Jean Marie Le Pen, na sua reapropriação do 1º de Maio, portam-se de modo mais ordenado, como um desfile mesmo, em fileiras, separando-se os indivíduos por regiões, reforçando-se assim a hierarquia e o poder. Contraponto que é feito com as manifestações do 1º de Maio dos movimentos de esquerda. Nota-se a profusão de bandeiras

¹⁰ O tema do “Grito dos Excluídos” em 2012 foi “Queremos um Estado a serviço da Nação, que garanta direitos a toda população!”.

de diversas cores representando as diversas e categorias profissionais, com o predomínio da cor vermelha.

Salientamos ainda outra definição, trazida por Morán (2005): a autora destaca que alguns dos atributos de uma manifestação são seus conteúdos simbólicos e a experiência cidadã que ela propicia. Ela sugere o termo “prática de cidadania espacializada”, referindo-se às manifestações ou ao direito às manifestações no espaço público. O termo é tomado de empréstimo de Charles Tilly, autor que recentemente também vem tratando desta temática. Segundo a autora, Tilly enumera diversas abordagens associadas às manifestações, dentre as quais se evidenciam a dimensão simbólica, os itinerários e o controle do espaço. Fato importante a ser considerado, já que os manifestantes, marcados pela experiência de ir para as ruas, ressaltam o quão prazeroso e significativo é “marchar junto”, o “nós reunidos” (TARTAKOWSKY; PIGENET, 2003). Para compreendermos os sentidos dessa participação cidadã, vale a transcrição integral do que a Morán define para manifestação.

Manifestar-se significa essencialmente ‘sair à rua’, ocupar um espaço público que seja visível para o maior número de pessoas possível, e desfilar por ele. A ideia de movimento, de deslocamento, é consubstancial à manifestação; e sendo possível deve fazer-se através do espaço por excelência: a parte central da rua, e não tanto os passeios. Os lugares concretos onde se desenvolvem as manifestações têm também uma grande importância. Devem gozar de uma grande visibilidade e, além disso, estar carregados com um forte conteúdo simbólico. Daí a preferência por ‘invadir’ certas ruas ou praças do centro histórico, assim como por transportar a celebração de muitas manifestações desde os locais onde os conflitos são produzidos até cidades importantes, preferivelmente aquelas nas quais se concentra o poder político: as capitais dos Estados ou das províncias. [...]. A eleição do lugar no qual se levará ao cabo é, pois, uma questão muito relevante para os organizadores, da qual depende em boa medida seu êxito; [...]. *Congregar-se, mostrarem-se juntos, ser protagonistas e participantes ‘em primeira pessoa’ são dimensões constitutivas da manifestação. Daí que participar em uma delas seja uma experiência cidadã única com uma evidente função de aprendizagem.* A importância de ‘fazer-se visível’ explica que seja uma das práticas de cidadania preferidas por aqueles grupos que lutam por seu reconhecimento e

inclusão dentro da comunidade de cidadãos (MORÁN, 2005, p.100, grifos e tradução nossa).

Com as esclarecedoras definições sobre os atributos das manifestações, seguimos, por fim, as considerações de Favre a propósito do lugar das manifestações no sistema democrático. Conforme nos informa Favre,

a manifestação seria então assim, de essência democrática, ou mais exatamente, participaria de um poder de expressão primordial dos governados. Nestas situações, a simples *participação* de manifestantes é prova da força de suas convicções (FAVRE, 1990, p.49, grifo do autor, tradução nossa).

Semelhante entendimento nos ajuda a responder àquelas questões colocadas pelos teóricos da democracia representativa, no sentido de se apresentar a manifestação como um elemento estranho à democracia. Auxilia-nos também a avançar na compreensão sobre o funcionamento da manifestação, mais do que relegá-la aos estudos comportamentais, conforme preocupação das Ciências Sociais, em certo momento histórico. Assim, a manifestação deve ser inserida como um elemento que compõe o sistema democrático, devendo ser entendida como um recurso legítimo, talvez o último, podendo chegar, por isso, a ser um caminho desesperado de reivindicação face ao Estado.

Autores brasileiros realçam este lugar da manifestação no cerne de uma sociedade democrática, corroborando aquela ideia de uma “cidadania espacializada” citada ainda há pouco. Lembramos o trabalho de Sader (1988), para quem os novos movimentos sociais, no fim dos anos 70 e da década de 80, singularizaram-se, não pelo aspecto da participação político-institucional, até porque os mesmos canais estavam fechados para os movimentos populares, mas, sobretudo, pela busca de reafirmação como sujeitos sociais e políticos autônomos.

Oportunamente, Chauí (1988) sugere que a participação em eventos coletivos, em espaços públicos, exerce uma função de aprendizado cidadão, como exercício da cidadania. Nesse rumo, estar em um espaço público, manifestando-se num espaço até então reservado para o capital – compreendendo aqui os negócios e a circulação de automóveis, conforme Santos (2002) – tem o sentido de uma ação pedagógica, significativa para a vivência política, enfim, para a tomada de consciência dos indivíduos como sujeitos históricos e de direitos.

Ainda quanto à relação com o Estado, temos então um argumento que se distancia de uma formulação de Fillieule e Pechu, levantada anteriormente. Para aqueles autores, as manifestações encabeçadas pelos movimentos sociais na atualidade orientam-se por um distanciamento do Estado ou mesmo das questões partidárias. A literatura brasileira aponta um ponto de vista diferente, já que os movimentos sociais¹¹ brasileiros, precisamente os denominados Novos Movimentos Sociais, que emergiram na cena política a partir do final da década de 1970, buscam o reconhecimento político da sua condição de sujeitos históricos.

A argumentação de Favre (1990) também se distancia de Fillieule e Pechu (1993). De acordo com sua interpretação, toda manifestação tem como alvo o Estado, mesmo que este se apresente de forma fluida e imprecisa. E há sempre uma relação com o Estado quando se manifesta em espaço público, já que um dos atores de uma manifestação seriam as forças da ordem, participantes daquilo que Favre situa como o “momento manifestante”¹².

Para ele – e aqui recorrendo às formulações de Etzioni, de quem retoma alguns termos e a quem dirige algumas críticas – as vias usuais da democracia representativa muitas vezes não conseguem responder a interesses específicos e novos que surgem na dinâmica de uma sociedade. O recurso à manifestação teria a finalidade de colocar estas demandas no plano político. Além de poder permitir a expressão de grupos não representados nos canais institucionalizados, a manifestação também traz a particularidade de dinamizar a vida política. E com isso, o autor indica que as manifestações são circunstâncias significantes, quase sempre lembradas pelos participantes. É o que se tem demonstrado a partir de diversas sondagens sobre a vida política na França. Os momentos de manifestação são colocados em destaque como fatos constitutivos da memória dos entrevistados.

¹¹ Essa discussão pode ser encontrada em: Sader (1988) Sader; Paoli (1986), Le Ven (1987) e Le Ven; Neves (1996). Nesses autores, embora com enfoques distintos, é possível verificar a relação entre os movimentos sociais e o Estado, colocadas na busca de ampliação dos canais de participação política. Através de suas manifestações estes atores sociais buscam o reconhecimento enquanto atores políticos.

¹² O termo “momento manifestante” foi cunhado pelo autor para indicar os componentes que integram diretamente ou indiretamente uma manifestação. Utilizando a imagem de círculos concêntricos, no núcleo teríamos o grupo manifestante propriamente dito, ou, mais precisamente, o primeiro ator da manifestação. O segundo ator seria constituído por um serviço de ordem da manifestação, composto pelo movimento organizador da manifestação (que existe no caso Francês, mas não no caso brasileiro). O terceiro ator seria o público meio manifestante, localizando-se muito próximo do núcleo de manifestantes. O quarto seria o público que assiste a manifestação e o quinto seria constituído pelas forças da ordem pública. Este segmento seria o único agente do Estado presente em todas as manifestações.

Ainda com relação ao papel das manifestações no sistema democrático, considera-se a relevância do número e a diversidade de manifestantes. Nessa lógica, indica-se que a manifestação seria um sinal de extensão das bases sociais da democracia (FAVRE, 1990). O número de manifestações em via pública deve ser também tomado como elemento indicativo do nível de democracia existente em determinada sociedade.

Manifestações nas Ciências Sociais brasileiras

Constata-se a grande profusão de considerações corriqueiras na mídia e na linguagem cotidiana a respeito das manifestações públicas, mas o mesmo não ocorre no terreno das Ciências Sociais brasileiras. Dificilmente encontramos definições para as manifestações públicas no terreno da Sociologia, embora aí se possa encontrar relevantes contribuições a respeito da ação dos movimentos sociais e suas lutas pela cidadania. Destacamos, por exemplo, os trabalhos de Sader (1988), Sader e Paoli (1986), contribuições relevantes no sentido de trazerem experiências dos diversos movimentos populares entrando em cena. Salientamos que a entrada dos movimentos populares em cena, bem como a retomada das lutas dos trabalhadores no final da década de 1970, depois de um momento de silenciamento no regime militar, implicou também em formas de ocupação não prescritas para o espaço urbano, fazendo “[...] a política criar novos lugares para exercitar-se” (CHAUÍ, 1988, p.11).

Deste modo, as formas de lutas de diferentes setores populares significaram não só a satisfação das demandas específicas, tais como salário, creches, moradia, transporte, dentre tantas demandas que se colocaram na pauta destes movimentos, mas também a formulação de uma prática política nova, com criação de direitos, além da vivência, ou seja, do aprendizado político a partir da experiência coletiva. Os excluídos descobrem-se como sujeitos de interesses, vontades e direitos. Esta dimensão implica, por sua vez, numa reivindicação do direito à cidade, isto é, na “[...] criação de novos espaços políticos, uma vez que a experiência dos movimentos os conduz a novas relações com o espaço público” (CHAUÍ, 1988, p.13). Neste sentido é que, conforme afirma Sader (1988), os novos movimentos sociais, para se afirmarem como sujeitos, acabam entrando na política, e, por conseguinte, acabam também indo às ruas, reivindicando com isso o seu reconhecimento público enquanto sujeitos que também fazem parte da história e também são seus condutores.

Esses autores ressaltam a dimensão da política, a expressão de um movimento que se deu muitas vezes utilizando-se de recursos não muito convencionais, como a saída às ruas, as ocupações de edifícios públicos ou as passeatas. Vale enfatizar que este *boom* de movimentos sociais significou também um alargamento do ponto de vista da democracia brasileira.

Esses exemplos são contribuições da produção sociológica brasileira, os quais nos possibilitam um levantamento acerca da conformação histórica das manifestações que ocorreram no Brasil. Os exemplos empíricos são abundantes e eles dão conta de uma realidade “manifestante”, que entra em cena, no final dos anos de 1970.

Direito à manifestação em praça pública

Nossa investigação da literatura nos forneceu elementos de sobra para situarmos os momentos de maior ou menor manifestação social em praça pública, que correspondem, via de regra, a circunstâncias de fechamento político ou de vida democrática estável. Mas, e do ponto de vista político, como tem sido tratado o direito de ir às ruas nos diversos momentos de nossa história?

Do ponto de vista da representação midiática sobre as manifestações, não é incomum a associação das mesmas com desordem, arruaças¹³ e badernas, enquanto os indivíduos que participam destas ações são vistos como os baderneiros, desordeiros e arruaheiros, aos quais se associa também a imagem de pessoas desocupadas, sempre movidas pelo ímpeto de promoverem distúrbios no ambiente público.

Dupla negação está contida nessa acepção trazida pelos meios de comunicação e reproduzida no discurso do senso comum. Primeiramente, a rejeição do agir coletivamente, como se fossem legítimas somente as ações conduzidas pelos indivíduos isoladamente, por via das ações judiciais, quando o caso assim exigir. O barulho da coletividade incomoda.

Uma segunda negação seria a imagem, por vezes explícita, mas na maioria das vezes velada, de que as manifestações são sempre de cunho destruidor, beirando à selvageria. Rejeita-se então o direito à manifestação, fato esse que muitas vezes é percebido quando os próprios meios de comunicação recusam-se a noticiar situações de manifestações públicas de movimentos sociais, mesmo quando a expressividade das mesmas salta aos olhos de toda a cidade ou região.

¹³ Entre nós é comum o emprego da expressão *arruaça* que, segundo consta nos dicionários, significa motim de rua. O termo é empregado no sentido de reforçar a ideia da desordem.

Não é preciso ir muito longe nesta linha da negação da expressão coletiva. Ela não é produzida somente pelos meios de comunicação. Do ponto de vista normativo, uma simples análise das diversas constituições brasileiras, desde 1934, permite ver que a manifestação foi tomada como um “caso de polícia”¹⁴ e raramente como um direito.

A Constituição Federal de 1934 no capítulo “Dos Direitos e Garantias Individuais”, artigo 113, inciso 11, não estabelece a possibilidade de se reunir em locais abertos, nem a extensão do direito às coletividades. Esse princípio também está implícito nas outras constituições, com a exceção de 1988:

A todos é lícito se reunirem sem armas, não podendo intervir a autoridade senão para assegurar ou restabelecer a ordem pública. Com este fim, poderá designar o local onde a reunião se deva realizar, contanto que isso não o impossibilite ou frustre (BRASIL, 1934).

A Constituição Federal de 1937 estabelecia, conforme artigo 122, inciso 10:

Todos têm direito de reunir-se pacificamente e sem armas. As reuniões a céu aberto podem ser submetidas à formalidade de declaração, podendo ser interditadas em caso de perigo imediato para a segurança pública (BRASIL, 1938).

Acrescenta-se a possibilidade de se reunir em céu aberto, estipulando ainda a possibilidade do poder público intervir, caso a reunião seja considerada um perigo à segurança pública. Não é o caso de irmos mais além. As manifestações não eram de fato toleradas. No mesmo artigo, inciso 15, estabelece-se ainda o direito que todo cidadão tem de “manifestar o seu pensamento, oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei”. Não há referência ao recurso da manifestação coletiva, nem mesmo a possibilidade de manifestação pública. Na Constituição Federal de 1946, nota-se uma semelhança com a Constituição Federal de 1967, do

¹⁴ Por ocasião da Greve Geral de 1917, o então candidato ao governo de São Paulo, Washington Luis, afirmou que as manifestações do movimento operário eram problemas que interessavam “mais à ordem pública do que à ordem social”. Esse teor foi retomado mais tarde durante sua campanha para a Presidência da República. Essa opinião deu margem à constatação de que a questão social era considerada mais como “um caso de polícia”. Tais julgamentos reproduziram-se em diversos períodos, embora de forma não tão explícita nas palavras, mas que se explicitava nas ações (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2007).

Regime Militar, acrescentando-se nessa última a possibilidade de se exigir a comunicação prévia à autoridade.

O que se deve notar é, sobretudo, a possibilidade de a autoridade intervir para assegurar a ordem pública, termo bastante amplo para indicar, por fim, que só vale como lícito aquilo que predeterminar a lei.

Somente com a Constituição Federal de 1988 é que se estabelece de fato a redação que está inscrita no artigo 5, inciso XVI:

Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ou públicos, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido aviso prévio à autoridade competente (BRASIL, 1988).

O que temos de fato é o avanço da legislação ao retirar quaisquer impedimentos à manifestação em locais abertos. A novidade maior ainda é quanto à inclusão das garantias coletivas ao texto. Na Constituição de 1988 verifica-se o estabelecimento de garantias coletivas e afirmação sobre o direito de reunião em locais públicos. Nas legislações anteriores notamos mais uma interdição do que propriamente uma liberdade de manifestação pública.

No entanto, a despeito da proibição, mesmo no início do século XX, quando a interdição vigorava em sua plenitude, as organizações coletivas, geralmente de operários, furavam o cerco e promoviam greves, que por vezes, avançavam até as ruas¹⁵, transformando-se em manifestações. Então é fato que as manifestações em via pública fizeram parte da história das grandes cidades brasileiras, muito embora essa história seja pouco mencionada.

As ruas estão fechadas? Ir às ruas não faz mais parte da ação política dos movimentos sociais?

A propósito do número de manifestações em via pública, outros autores situam circunstâncias em que a rua encontra-se fechada, seja por via da própria força repressiva do poder autoritário, seja ainda

¹⁵ Gomes (1988) informa que greves e manifestações ocorreram no Rio de Janeiro no final do século XIX, intensificando-se em 1916-1917. Em 1903 algumas greves violentas, num contexto político e social que também levou à Revolta da Vacina em 1904. Já em 1905 organiza-se a Força Policial do Distrito Federal, verificando-se, a partir daí "sua maior presença e violência na repressão aos movimentos sociais da cidade, grevistas ou não." (GOMES, 1988, p.64).

pelas relações de consumo do espaço urbano que se instauram sobre a rua, tornando-a privatizada (LEFEBVRE, 2002; OLIVEIRA, 1999; POCHMANN, 2007). Seja pelo primeiro ou pelo segundo motivo, a possibilidade de expressão na rua – e, por conseguinte, a democracia – encontra-se cerceada. Assim, de acordo com estes autores, a ausência de manifestações na rua é, por si, um sintoma que remete à ausência de democracia. A este propósito Lefebvre (2002, p.31) lembra que “[...] a passagem na rua, espaço de comunicação, é a uma só vez obrigatória e reprimida. Em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua”. Para ele, a apropriação da cidade como lugar de consumo (consumo dos lugares) pode ser uma forma de poder implícito que inviabiliza a possibilidade da apropriação da rua como espaço de manifestação; novas formas de silenciamento, elementos que talvez possam explicar um esvaziamento das ruas nos últimos tempos. Estabelecendo-se uma conexão entre o entendimento apresentado por Favre às formulações de Lefebvre, o número de manifestações na rua pode ser associado a questões internas aos movimentos sociais, donde a ausência de manifestações poderia indicar uma crise dos mesmos, seja devido a processo de burocratização, ou ainda devido à diminuição do número de sócios e ativistas empenhados em determinadas causas. Mas também convém destacar as questões externas, como a própria organização societal mais ou menos privatizada, as intervenções das relações de poder e consumo, que afetam a possibilidade da manifestação.

Márcio Pochmann (2007), refletindo sobre a realidade brasileira, aponta a compreensão sobre um paulatino esvaziamento do espaço público nos últimos anos, trazendo ainda outros elementos de análise.

O movimento de redemocratização nacional chamava a atenção para o fato de que o governo da ditadura militar havia privatizado o espaço público. Essa é uma questão que merece ser destacada. A sociedade brasileira, até o início dos anos 1960, tinha um espaço público que hoje está muito reduzido. Ele foi apropriado pelo privado. A sociabilidade está sendo construída dentro dele. A começar pelo Shopping Center, que hoje é onde as pessoas podem caminhar com certa segurança. Entretanto, na década de 1960 a população tinha a opção do passeio, da praça pública. As pessoas caminhavam, andavam nas ruas. Nós perdemos essa característica. Parte dessa distorção é decorrente da ditadura militar, cujo período foi marcado pela privatização do Estado (POCHMANN, 2007).

Embora não haja nessa passagem uma alusão direta ao número de manifestações no espaço público, é relevante a constatação acerca do esvaziamento desse espaço, tomado como um problema associado à sociabilidade e que, em última instância, é um problema para a constituição de relações democráticas. Não deixa de ser sintomático esse esvaziamento, sobretudo porque um dos elementos intrínsecos às manifestações é a existência de público.

Conclusão

A propósito dos dilemas apontados ao longo deste artigo, não é correto dizer que o espaço público esteja esvaziado. Decerto, se tivéssemos o cuidado de observar cotidianamente as cenas urbanas, veríamos que a grande cidade ainda é palco de manifestações de diversas naturezas. Algumas merecem um olhar mais acurado, já que remetem a um novo traço que se associa a novas linguagens, com novos atores também, comunicando-se com outros movimentos de outras partes do mundo. Fruto desse novo contato “mundializado”, os movimentos trazem para o espaço público as articulações entre o local e o global. Não é possível desconsiderar que essas novas manifestações fazem parte do cenário de diversas partes do planeta. Na esteira desses movimentos, questões que vão além do mundo do trabalho são apresentadas, tais como movimentos contra o desemprego, as “Paradas Gay”, causas indígenas, movimento dos sem-casa, dos sem-terra, articulados com apoiadores de diversas partes do planeta, numa comunicação potencializada pelos novos meios de comunicação. Também nessa seara estariam os denominados de movimentos anti-sistêmicos, ou seja, os movimentos que vêm questionando as bases atuais do processo de globalização e o neoliberalismo. No conjunto, esses movimentos não desprezam o espaço público; ao contrário, fazem dele um lugar para expressarem suas lutas.

Creemos ter demonstrado, com base na Sociologia das Manifestações, que há um rico campo de estudo relacionado ao tema das manifestações, incluindo questões como trajetórias, matrizes discursivas e visões de mundo, combinadas às circunstâncias históricas, discursos e disputas sobre o espaço e no espaço.

Enquanto o espaço for ocupado por grupos de protesto, quanto mais diversidade comportar, maiores serão as possibilidades de investigação. Se agregarmos a dimensão da expressão - a manifestação como modo de expressão - então o enfoque ganhará ainda novas possibilidades, sobretudo porque tal perspectiva poderá ser apropriada como

forma de se analisar as visões de mundo associadas a determinados segmentos sociais que realizam manifestações. Elas circulam por dentro dos movimentos sociais, constituem a educação política, o modo como as pessoas passam a perceber o Estado, a cidade e a política. Problemas sociais como a exploração, a exclusão social e a discriminação podem ser vivenciados por diversos indivíduos, mas sem que se procurem resoluções coletivas. Contudo, quando esses indivíduos se encontram com outros que partilham as mesmas agruras, isto é, quando esses resolvem aderir a movimentos que partilhem os mesmos anseios, então esses indivíduos tomam contato com questões coletivas. É um aprendizado. Esse aprendizado também está associado às manifestações, quer dizer, a expressão dos indivíduos e do grupo.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A Condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

BLUMER, Herbert. Comportamento coletivo. In: LEE, Alfred McClung (ed.). **Princípios de sociologia**. São Paulo, Herder, 1962.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 11 jun. 2013.

BRASIL. **Constituição (1937)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937. São Paulo: Saraiva, 1938.

BRASIL. **Constituição (1946)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. São Paulo: Saraiva, 1951.

BRASIL. **Constituição (1967)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Brasília: Fundação Projeto-Rondon-Minter, 1986.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Iglu, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos**

personagens entraram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis.** Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DAHL, Robert. **La democracia y sus críticos.** Barcelona: Paidós, 1993.

DAHL, Robert. **Poliarquia.** São Paulo: Edusp, 1997.

ENGELS, Friedrich. A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1986.

FAVRE, Pierre. Manifester en France aujourd'hui. In: FAVRE, Pierre (Org). **La Manifestation.** Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.

FILLIEULE, Olivier. **Sociologie de la protestation: les formes de l'action collective dans la France contemporaine.** Paris: L'Harmattan 1993.

FILLIEULE, Olivier; PECHU, Cécile. **Lutter ensemble: les theories de l'action collective.** Paris: L'Harmattan, 1993.

FREUD, Sigmund. Psicologia de Grupo e a Análise do Ego. In. FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud:** edição standard brasileira. (1921). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** CPDOC Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/3035_1.asp>. Acesso em: 13 out. 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

LE VEN, Michel Marie. Movimento operário e sindical, 1972-1985. In: POMPERMAYER, Malori J. (Org.) **Movimentos sociais em Minas Gerais. Emergência e perspectivas.** Belo Horizonte: UFMG, 1987.

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897-1990). In: DULCI, Otávio; NEVES, Magda de Almeida (Orgs.). **Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais.** Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 75-106.

LEFEBVRE, Henri. A Cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LEFORT, Claude. **A Invenção democrática**. Os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LESSA, Renato. A Teoria da democracia: balanço e perspectivas. In: PERISSINOTO, Renato, FUKS, Mário (Org.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba-PR: Fundação Araucária, 2002.

MORÁN María Luz. Viejos y nuevos espacios para la ciudadanía: la manifestación del 15 de febrero de 2003 en Madrid. **Política y Sociedad**, Madrid, v.42, n.2, 2005, p.95-113. Disponível em: <<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/cps/11308001/articulos/POSO0505230095A.PDF>>. Acesso em: 02 fev. 2008.

MOURIAUX, René. Stratégies syndicales et manifestations de rue. In: FAVRE, Pierre (Org.). **La Manifestation**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.

MUNFORD, Lewis. **A Cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

OFFERLÉ, Michel. Descendre dans la rue: de la « journée » à la « Manif ». In: FAVRE, Pierre (org.). **La Manifestation**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os Sentidos da democracia**. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis-RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

OLSON, Mancur. **A Lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999

PERALVA, Angelina. **Levantes urbanos na França**. Tempo Social, São Paulo, v.18, n.1, jun. 2006, p. 81-104.

PERROT. Michelle. **Os Excluídos da historia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERROT. Michelle. A História feita de greves, excluídos e mulheres. Entrevista a Michael Hall. **Tempo Social**, São Paulo, v.8, n.2, p.191-200, out. 1996.

POCHMANN, Márcio; ANTUNES, Ricardo. O novo mundo do trabalho. O trabalho no novo mundo. Entrevista concedida a Álvaro Kassab. **Jornal da Unicamp**, Campinas, n.351, 09 a 15 abr. 2007.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A Aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2002.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

STARLING, Heloisa Murgel. **Os Senhores das Gerais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

TARTAKOWSKY, Danielle; PIGENET, Michel. Les territoires des mouvements sociaux. Les marches aux XIX et XX siècles. **Le Movement Social**, n.202, janvier-mars, 2003.

TARTAKOWSKY, Danielle. **La Manif en éclats**. Paris: La dispute, 2004.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fabiano Rosa de Magalhães
fabianormagalhaes@yahoo.com.br

Recebido em 11 jun. 2013
Aprovado em 15 ago. 2013